



ANO 2024

AP

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

MUNICÍPIO DE PENICHE



ÍNDICE

ÍNDICE	1
UM OLHAR PARA O FUTURO.....	2
AS OPÇÕES	6
A INFORMATIZAÇÃO E O FUTURO.....	8
REAFIRMANDO AS PRIORIDADES	14
CONCLUSÃO	27
MANTER O FOCO E TRABALHAR. QUEM DESENVOLVE PENICHE? SOMOS TODOS NÓS... ..	28

AP G. JB
OK
RZ
JK

UM OLHAR PARA O FUTURO

Excelentíssimas Senhoras Vereadoras,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Excelentíssimas Senhoras Deputadas Municipais,
Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais,
Excelentíssimos Senhores e Senhora Presidentes de Junta de Freguesia,
Membros das Juntas e Assembleias de Freguesia,
Excelentíssimos Colaboradores e Colaboradoras Municipais,
Caros Munícipes,

A apresentação das Grandes Opções do Plano e o correspondente Orçamento para 2024, sendo momentos de cumprimento formal e regulamentar não podem ignorar a grande responsabilidade que lhes está inerente.

Após a recolha dos contributos técnicos internos, a avaliação das prioridades de cada um dos setores municipais, a auscultação das juntas de freguesia e dos partidos políticos no cumprimento do estatuto de oposição, procuramos através deste documento apresentar as ideias chave do que se pretende que seja a gestão do próximo ano, concertando ou contextualizando com o orçamento base, sabendo-se que a leitura atenta dos mapas orçamentais permitirão entender melhor a complexidade dos múltiplos serviços municipais e, ao mesmo tempo, as opções políticas de cada ano.

A visão para Peniche será o que cada um de nós entender como mais ajustável entre as nossas ideias, os nossos sonhos e as realidades com que nos defrontamos.

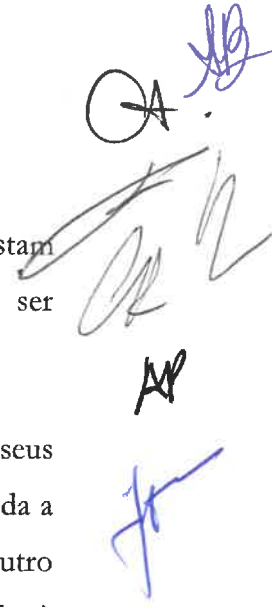
O Povo espera de nós trabalho e decisões que, no essencial, permitam a todos uma maior qualidade de vida, a melhor felicidade possível entre a vida de cada um e a partilha em comunidade.

Parece simples, mas na verdade, e por múltiplas razões, cada vez é mais exigente.

Nestas Grandes Opções do Plano (GOP) propomo-nos registar no essencial as principais bases e ideias do plano para 2024. Pretendemos concentrar-nos no fundamental, procurando aproveitar o momento para realçar também as mudanças implementadas ou a implementar e, ainda, algumas das frentes consideradas como cruciais em que se tem estado a trabalhar.

O Orçamento resulta, no essencial, da gestão da disponibilidade corrente, das oportunidades e de medidas que pretendemos implementar no próximo ano:

- Continuar a priorizar, necessariamente, a Educação, a Habitação e a Zona Empresarial;
- Continuar a reduzir progressivamente, e se possível, os impostos, enquanto tomamos as medidas necessárias para aumentar as receitas;
- Aprofundar medidas de redução da despesa corrente e questionar se o caminho da contratação de prestação de serviços deverá ou não ser preferencial, à execução por administração direta;
- Prosseguir a reestruturação orgânica do Município, na procura de reforçar do os recursos qualificados através de recrutamento, continuando a apostar na formação, na melhor seleção, na criação de novos setores, na redução ou extinção de outros, procurando atingir o equilíbrio possível em cada momento;
- Manter a aposta na mudança, persistindo no paradigma da digitalização e da informatização municipal e sua segurança. Pela primeira vez, e para que o possam entender melhor, incluímos neste documento uma informação exhaustiva sobre o que foi feito nos últimos anos e da perspetiva de futuro;
- Assumir, de forma clara e determinante a aposta em medidas com a Segurança entendidas como fundamentais e estruturantes para a consolidação da estratégia de desenvolvimento do concelho;

- 
- Assumir a resolução de alguns ou processos de loteamentos, que se arrastam há imensos anos e que importa criar condições para que possam ser solucionados;
 - Trabalhar com novos recursos o processo sobre as alterações climáticas e seus impactos a médio e longo prazo (as questões do ambiente serão, com toda a certeza, o grande desafio das próximas décadas). Precisamos assumir um outro patamar de exigência quanto à proteção ambiental, dar continuidade à proteção dunar, da zona florestal que deve ser tratada e aumentada, mas também tratar a área envolvente à Albufeira de São Domingos, definir uma nova intervenção quanto aos afluentes resultantes das pecuárias e outras fontes de poluição;
 - Potenciar as qualidades do território e o saber da comunidade, colaborando com o movimento associativo, cívico e as juntas de freguesia na prestação de serviços de proximidade com qualidade, procurando potenciar o relacionamento entre estas instituições e os munícipes, garantindo o rigor orçamental e critérios de transparência e boa governança;
 - Registrar a positividade da gestão municipal através dos SMAS na resolução de um significativo investimento que deve continuar a ser encarado como essencial. Desde logo assegurar a progressiva erradicação dos “esgotos a céu aberto” ainda existentes no concelho.

Com este breve enunciado pretende-se assumir que, para lá dos setores e dos objetivos assumidos como estratégicos, existe um vasto conjunto de áreas a intervir que são também determinantes para as mudanças de gestão em que nos devemos concentrar e de vital importância para o futuro do concelho.

Não vamos obviamente deixar de trabalhar nas áreas dos serviços municipais sob nossa responsabilidade e que são transversais a setores, como a gestão urbanística e o planeamento, o desporto, o turismo, a cultura, o associativismo, a educação, a limpeza

urbana e a recolha de resíduos urbanos, o tratamento de espaços públicos e novos investimentos, são imensos e naturalmente que estamos a planear intervir como já o fazemos na gestão municipal ano após ano.

A proposta de Orçamento contempla naturalmente a continuação da gestão de programas e atividades que fazem parte dos nossos calendários dos últimos anos engrandecendo e melhorando as nossas apostas como concelho.

Não será possível falar de todos os programas e objetivos, mas sabendo que no próximo ano vamos dispor de dois novos equipamentos de serviço público temos a obrigação de os procurar usar bem. O CCI - Centro Cívico Intergeracional Rogério Cação e o edifício multiusos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche.

Neste abrangente olhar sob o que podem ser as principais ideias sobre as grandes Opções do Plano para o próximo ano em que procurámos restringir-nos ao essencial não podemos deixar de referir ainda algumas oportunidades que o novo Quadro Comunitário de Apoio 2030 nos pode trazer e em breve nos abrirá portas para que o aproveitemos.

Como possibilidades serão de referir:

- Segunda fase da reabilitação das Muralhas de Peniche;
- Última fase da envolvente do Fosso das Muralhas;
- Reabilitação e ampliação da Escola Básica de Peniche;
- Relocalização da Marginal Norte;
- Reabilitação da envolvente do “Portinho do Meio”;
- Reabilitação e ampliação das Piscinas Municipais;
- Contributo Museológico do Morraçal da Ajuda;
- Reordenamentos urbanísticos, medidas de proteção ambiental e outras.

Parece simples, mas na verdade, e por múltiplas razões, cada vez é mais exigente.

AS OPÇÕES

Estão já anunciadas e é necessário considerar como prioridades fundamentais para a melhoria das condições de vida e do desenvolvimento do concelho a Educação, a Habitação (Estratégia Local de Habitação| ELH) e o desenvolvimento da Zona Industrial do Vale do Grou (ZIVG) são as áreas que devem merecer maior determinação.

Estas prioridades deverão também ser incorporadas e tidas em conta nas várias decisões nos múltiplos setores municipais – ambiente, energia, obras, limpeza, segurança, mobilidade, planeamento, candidaturas em desenvolvimento, entre muitos outros – porque o nosso desígnio deverá ser conseguir atingir o melhor patamar de desenvolvimento possível, aos mais variados níveis, desde o social ao económico e só com a concretização destas três prioridades complementadas com as restantes áreas de trabalho o conseguiremos.

A seu tempo, quem vier a exercer as funções que hoje desempenhamos será, provavelmente, obrigado a tomar, também, as medidas necessárias para minorar os efeitos que as mudanças da natureza nos vão impondo.

Todavia, e porque pretendemos viver no nosso território com melhor qualidade de vida, vamos ter que continuar a procurar gerir a causa autárquica da melhor forma possível.

Por razões de justiça, mas também como medidas estratégicas que pretendem influenciar a dinamização da economia e da atividade do concelho pretende-se continuar a assumir a redução dos impostos que dependem das decisões dos autarcas.

Pretende-se que a taxa do IMI a partir de 2025 atinja a taxa mínima de 0.30%, que a taxa do IRS de participação municipal possa ir reduzindo paralelamente aos valores conseguidos com novas receitas. Entre outras, o aumento de contribuintes no concelho, o aumento progressivo dos salários e de outros rendimentos.

A supressão da Derrama poderá ser encarada a seu tempo e em sintonia com outras medidas que possam proporcionar o aumento da receita, mas também a dinamização da economia, incluindo a dinamização da nova Zona Industrial de Vale do Grou.

Quanto ao acréscimo das despesas correntes sabendo, por exemplo, que os custos com a energia ou com as matérias-primas não dependem, de decisões nossas, devemos continuar a ter como objetivo assumir medidas de gestão que permitam reduzir algumas despesas, como as do consumo com a energia, com a água e procurar também melhorar o controle sobre grande parte das matérias-primas adquiridas.

Nas despesas decorrentes dos custos salariais, conhecendo-se os fortes impactos que as atualizações salariais e outras variáveis têm tido nos últimos anos nas contas municipais, não podemos deixar de referir a nossa concordância com a progressão salarial que permite, também proporcionar aos nossos colaboradores municipais maior justiça remuneratória e uma vida com mais dignidade e maior qualidade.

A profunda reorganização da estrutura orgânica do Município, no essencial, está finalmente a atingir a estabilidade desejada, provavelmente merecendo ocasionalmente algumas medidas de ajustamento e a devida atenção com a avaliação permanente.

De acordo com a avaliação ao funcionamento de alguns dos setores municipais, da falta de empenho que por vezes sentimos em algumas das áreas é, muito provável, que se possa vir a substituir a gestão de alguns setores municipais de administração direta por contratação de empreitadas, ou outras formas de prestação desses serviços. O investimento para uma maior capacitação dos colaboradores, nomeadamente em múltiplas ações de formação continuará, bem como o investimento em melhorar as condições das instalações e dos equipamentos.

A.
AB
CR
RE
AP
JH

A INFORMATIZAÇÃO E O FUTURO

Como atrás foi referido é também importante que, neste momento, possamos explicar o que se tem passado e o que estamos a prever para esta importantíssima área.

No final de 2017 nos muitos serviços municipais apenas alguns processos da área financeira funcionavam sem papel e tramitavam digitalmente através dos circuitos desenhados.

Desde essa altura houve um aumento significativo nos processos e áreas abrangidas:

- Atendimento – há 6 anos atrás, apenas se registava a correspondência entrada e se digitalizava o papel para efeitos de arquivo, depois era o papel que circulava.

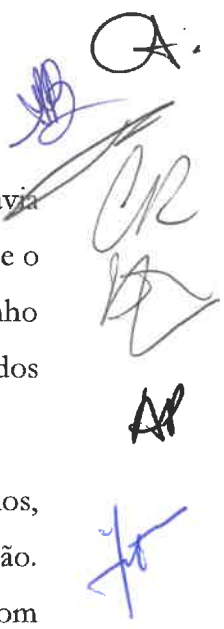
Neste momento temos praticamente tudo sem papel, os documentos entram de vários modos, são registados no sistema e tramitam tudo atrás dos *workflows* desenhados para as várias situações, desde correspondência, informações internas, informações para despacho e deliberações, saída de ofícios, etc.

De salientar que muita correspondência sai por via eletrónica.

Foram desenhados vários circuitos para corresponder a uma série de assuntos específicos e sem ter de se fazer qualquer investimento financeiro;

- Ensino – Esta aplicação servia até há pouco, unicamente, para fazer a faturação mensal dos alunos e controlar os pagamentos e dívidas. Entretanto, foi efetuado um investimento na aquisição do Portal da Educação, no licenciamento do arquivo documental e Sigmaflow, investimento que se revelou fundamental para o relacionamento entre o Município e as escolas e municípios, proporcionado uma maior proximidade, mais eficiência e eficácia na comunicação entre os vários atores. Atualmente todas as comunicações entres estes vários atores é feita de forma digital.

Investimento total de 26.600EUR;

- 
- Fiscalização e contraordenações – Uma aplicação que a Câmara havia adquirido há muitos anos, mas praticamente não usada. Em 2019 iniciou-se o seu uso com o desenho de um circuito e em 2021 já contava com o desenho de vários circuitos, de modo a ser mais eficiente e direta no tratamento dos vários tipos de processos existentes;
 - Habitação e rendas – Aplicação que também já contava com muitos anos, onde era efetuado o controlo dos pagamentos, dívidas e pedidos de habitação. Este mês de novembro foram emitidas, pela primeira vez, faturas com referências multibanco;
 - Ação Social – Adquirida recentemente;
 - Metrologia – Arquivo documental adquirido recentemente;

Contudo, ainda há duas aplicações administrativas que não estão a ser aproveitadas como devem:

- SIADAP;
- A contratação pública – aplicação muito subutilizada. Está agendada formação para conhecer mais ao pormenor todas as funcionalidades desta aplicação. Foi também solicitada proposta para aquisição de licença de arquivo documental e Sigmaflow para iniciar a digitalização de todo o procedimento de aquisição. Investimento previsto 2.400EUR.
- Em 2018, na Gestão Urbanística, havia uma grande vontade de mudar os procedimentos e utilizar a aplicação de uma forma mais eficaz para ajudar a tratar a grande quantidade de dados existentes. Começou-se a trabalhar numa nova estrutura de identificação de processos e requerimentos. No final de novembro de 2018, foi dado o início do projeto NoPaper e, praticamente um ano depois, a plataforma estava a funcionar. Fomos o primeiro Município do Oeste a implementar (algumas Câmaras ainda hoje não o conseguiram) e, com este sucesso, um caso de estudo a nível nacional.
- No início de 2020, com a Covid, as pessoas a terem de ficar em casa e com os serviços de atendimento encerrados, conseguimos desenhar internamente

vários circuitos, com os vários automatismos para tornar os procedimentos mais eficientes, o que permitiu passarmos aquela fase sem nunca parar e sem grandes constrangimentos. Desde essa altura que todos os processos e requerimentos de processos antigos que dão entrada são totalmente digitais. Um processo administrativo e técnico muito importante para operacionalizar os programas informáticos e contribuir para a eficiência dos processos.

Ainda em 2020, o processo era construído no NoPaper e depois era enviado para a área administrativa via mail. Este procedimento começou a ser ineficaz e a causar algum atraso na entrada dos processos. Decidiu-se avançar para a reativação dos serviços online, ferramenta adquirida em meados de 2004/2005 e nunca utilizada. Os serviços Online permitiram uma gestão mais eficaz e rápida no tratamento dos processos bem como de outras funcionalidades, como pagamentos iniciais, antes de registar o processo, o que dá ao munícipe várias informações sobre o processo, entre outras. O investimento não foi praticamente nenhum, tratou-se apenas do contrato com a SIBS.

Foram vários e significativos os investimentos efetuados na área das Novas Tecnologias. Em 2018 estabelecemos uma infraestrutura tecnológica com o upgrade e a alteração na “espinha dorsal” da infraestrutura dos sistemas de informação.

Era necessário adquirir nova *storage* para armazenamento dos dados e aproveitámos para reformular as ligações entre a rede e os servidores, tornado todo o sistema muito mais rápido.

Um investimento que rondou os 32.000EUR.

Em 2019 fomos contemplados com um voucher de 15.000 EUR e, com este valor, instalamos WiFi Público desde o Posto de Turismo até à Ribeira Velha e ainda um ponto de acesso em cada uma das sedes de freguesia, exceto na da Serra D’el Rei.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Depois de muitos anos sem contrato de comunicações avançámos para o concurso de comunicações, o que nos traria uma poupança financeira muito significativa, desde chamadas entre telefones fixos e móveis sem custos, internet por fibra em todos os serviços municipais e em todas as escolas básicas do concelho. Em 2022, continuámos o mesmo modelo, já com a inclusão da Escola Secundária e da Escola Básica 2, 3 de Atouguia da Baleia no contrato.

Em 2019 o investimento para os 3 anos rondava os 82.000EUR e em 2022, para igual período, os 84.300EUR.

Em 2021 os servidores, que suportam toda a virtualização dos sistemas, estavam sem garantia e já tinham cerca de 8 anos. A opção foi adquirir novos servidores, com capacidades adequadas às necessidades atuais e uma nova e muito mais rápida *storage*. Falamos de um investimento de cerca de 85.000EUR.

Ainda em 2021 substituímos a firewall e a solução antivírus que tínhamos, por outras soluções. Os SMAS como habitualmente adquiriram a firewall e respetivos serviços de instalação e configuração e o Município apenas foi necessário adquirir a parte dos antivírus, cerca de 25.000EUR para um licenciamento de 5 anos.

Em 2022, aquando da renovação do licenciamento Microsoft, a opção foi escolher o Office 365, pois trazia inúmeras vantagens em relação ao tradicional. Desde logo inúmeras ferramentas para permitir poder trabalhar e ter dados acessíveis em qualquer lugar e, também, a necessidade de resolver os problemas com os mails que tínhamos na altura.

Este é um investimento de 50.000 EUR/ano.

E como a informação é um dos elementos mais valiosos e poderosos de uma organização, com a transição para o digital, onde tudo circula em formato digital e

Q.
AB
M
R
AB
K

num mundo onde as ameaças terroristas são reais e crescentes, torna-se cada vez mais crítico investir em segurança informática.

Com a crescente onda de ataques informáticos, cada vez mais sofisticados, e as organizações a arriscar perder grande parte da informação, muitos custos e tempo para tentar a recuperar e repor serviços, avançámos para um serviço de segurança com especialistas em alerta 24h sobre 24h, sete dias por semana. Este serviço, para além da parte técnica, contempla também a geração de informação e procedimentos necessários para estarmos em conformidade com o Decreto-Lei 65/2021 de 30 de julho.

Prevê-se, para o futuro, a existência de leis mais exigentes a nível da segurança da informação bem como ataques informáticos em maior número e cada vez mais sofisticados. A muito curto prazo terão lugar dois investimentos cruciais que precisamos concretizar:

- Reforço dos serviços de segurança – Investimento em 2024 de cerca de 90.000€ para 3 anos;
- *Ciber Recovery* – Solução das mais avançadas, que garante Imutabilidade e isolamento dos *backup's*, garantido proteção contra-ataques de *ransomware*. Investimento previsto de cerca de 200.000€;

Ainda ao nível da desmaterialização outra ferramenta colocada ao dispor dos munícipes e investidores foi o Geoportal. O Geoportal é uma importante ferramenta capaz de disponibilizar à comunidade o acesso a serviços eletrónicos do domínio da informação territorial. Por este meio, os cidadãos passam a usufruir de um instrumento informático intuitivo.

Para 2024 prevê-se dar continuidade à desmaterialização, nomeadamente no âmbito da ampliação da gestão de processos a outros serviços municipais, tais como hoje

CA.
[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]

acontece na Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e Divisão de Educação, no princípio de replicar boas práticas, resultantes do NoPaper e do Portal da Educação.

No futuro teremos de proteger os dados físicos, o acesso físico aos dados e criar uma estrutura que nos permita crescer em segurança e com o mínimo de interrupções possível, existindo um projeto para um investimento de mais de 160.000EUR.

A proteção de uma organização é muito exigente porque cada vez são mais em número e cada vez mais experientes os atacantes, para além de que praticamente todos os dias são descobertas novas vulnerabilidades dos vários sistemas. Contudo, o elo mais fraco continua a ser “pessoas” e, por isso, prevemos continuar com as ações de formação e de alerta para os cuidados a ter.

Em caso de ataque, para além da perda dos dados, teríamos a paragem dos serviços com todos os constrangimentos que daí advém, o custo da recuperação, que nunca será total, o envolvimento da Polícia Judiciária, Interpol e outras entidades durante largos meses a investigar o ataque.

Deixamos a questão: já imaginaram perdermos parcialmente ou toda a informação?

Melhorar, capacitar, antever e agir continuam a ser objetivos da gestão da multiplicidade dos serviços de administração local sob a nossa responsabilidade.

REAFIRMANDO AS PRIORIDADES

EDUCAÇÃO – ELH – ZIVG

Há pouco mais de três anos, de certo modo, fomos forçados a assumir a responsabilidade de gerir parte da Educação no nosso concelho.

Quanto à gestão e manutenção do património imobiliário e mobiliário recebidas, mesmo sendo obrigados a “desviar” parte das nossas equipas para ultrapassar um vasto conjunto de insuficiências nas escolas, vamos conseguindo paulatinamente reduzir a grande lista de intervenções que estão referenciadas como necessidades, conscientes que outras frentes sob a nossa responsabilidade podem ficar para trás.

É certo que as escolas que o Município recebeu da Administração Central não eram escolas novas e, por isso, a maioria necessita de grandes investimentos (Escola Básica de Peniche, Escola Secundária, Escola Básica 2,3 de Atouguia e Escola D. Luís de Ataíde).

Procurámos, de forma progressiva, ajustar a gestão do pessoal das escolas, dependentes do Município, às necessidades correntes, ao acréscimo de programas complementares, particularmente no 1º ciclo do ensino básico, aos rácios de pessoal não docente que nos são impostos e financeiramente participados pela Administração Central e à procura do equilíbrio financeiro aliado à pretensão de melhorar de forma significativa os serviços de educação, reconhecendo que não é uma gestão facilitada, desde logo pelo enorme número de pessoas envolvidas, pelas alterações necessariamente implementadas, pela instabilidade resultante da contratação de colaboradores que só agora estamos a conseguir estabilizar, esperando que muito em breve possamos ter escolas a funcionar tranquilamente para bem das nossas crianças e jovens e de quem lá trabalha.

A título de exemplo, só para refeições escolares, considerada como despesa corrente o montante é de cerca de 1,2 milhões de euros, só que estes valores não correspondem a uma despesa na sua essência, mas sim um investimento na educação das nossas

crianças e jovens. Por outro lado, das refeições escolares provêm para o município também receitas por via do pagamento das refeições pelos pais e encarregados de educação.

Os investimentos, as intervenções, as medidas de gestão necessárias para o melhoramento das nossas escolas são uma prioridade constante para a Câmara, para as direções das escolas e dos diversos setores municipais.

A Zona Industrial do Vale do Grou, projeto assim denominado em virtude do Plano de Urbanização aprovado, poderá ser uma realidade se realmente existir vontade em tornar este espaço numa área de acolhimento empresarial. Uma área que contribuirá para a relocalização de empresas instaladas em outras zonas do nosso concelho, proporcionando a sua modernização, o seu crescimento, proporcionando resposta à procura crescente dos últimos anos por parte dos investidores locais e de quem visita ou procura Peniche para investir e aumentar o número de empregos disponíveis. Esta área de acolhimento empresarial será, a par do projeto da SmartOcean – Parque de Ciência e Tecnologia do Mar, este último a iniciar a construção em 2024, um forte contributo para a subida do salário médio no concelho, para a captação de talento profissional contrariando o êxodo dos nossos profissionais com maior grau de formação académica.

A Estratégia Local da Habitação (ELH), a parte dos projetos, está ainda em fase de contratação, reconhecidamente um atraso resultante da nossa incapacidade de desenvolver em tempo útil procedimentos administrativos de que precisamos, o que tem de sido, entretanto, ultrapassado.

Em breve será presente à Câmara Municipal um conjunto de propostas que determinarão a evolução deste processo entendido como prioritário e determinante.

A concretização da descentralização de competências da Administração Central para o Município permitirá assumir algumas dezenas de habitações devolutas ou de renda que tem sofrido atrasos significativos devido à incapacidade de alguns serviços públicos corresponderem também em tempo útil às necessidades evidentes de gestão do património habitacional.

No domínio da habitação, iniciámos recentemente o procedimento para a concretização da Carta Municipal de Habitação.

RECURSOS HUMANOS

Recursos humanos, são as pessoas fundamentais para uma boa gestão municipal e essenciais para se atingirem bons resultados.

Referíamos que a avaliação e a aferição dos serviços municipais deve ser uma constante, sempre presente com o propósito de melhorarmos a prestação de cada um e de todos os setores em que estamos envolvidos.

Quando se deu realce à necessidade de “arrumar a casa” não se tinha como propósito uma simples crítica a quem tinha tido a responsabilidade da gestão municipal, mas o objetivo de dar força à necessidade de estruturar a Câmara Municipal, pois só com organização conseguiremos desenvolver o nosso concelho. Não só porque somos a segunda “empresa” empregadora do concelho, mas principalmente pelo que está dependente da prestação dos serviços municipais e do envolvimento que conseguimos com os mais variados parceiros, sejam empresas, escolas, associações, IPSS e todas as outras.

No essencial o Organograma Municipal está estabilizado, devendo estar atentos para naturais ajustes, em conformidade com as ideias e necessidades de cada equipa responsável pela gestão municipal.

Handwritten notes and signatures in the right margin, including a circled 'A.', a signature, and the initials 'AP' and 'HT'.

Dentro das limitações naturais resultantes dos condicionalismos da própria administração pública e das regras da contratação pública devemos procurar contratar sempre os melhores daqueles que se disponibilizam a vir trabalhar connosco.

Cabe naturalmente às autarquias desenvolver políticas de gestão inclusivas integrando alguns concidadãos que provavelmente, por razões diversas, podem não ter facilidades de acesso ao mercado de trabalho e têm, assim, nos serviços municipais a possibilidade de procurar prestar funções adequadas às suas condições e que venham também ao encontro das necessidades municipais.

Prevemos para 2024 dar continuidade à estratégia de ser um Município “Marca Inclusiva” dando continuidade à integração de colaboradores através de CEI e EAMA numa verdadeira aposta de integração destas pessoas no mercado de trabalho, como tem acontecido ao longo dos últimos anos.

Não podemos, ou pelo menos não devemos, permitir que o emprego na Câmara Municipal seja só uma solução de rendimentos salariais, de direitos para as pessoas e não haja correspondência no desempenho das funções para que cada um foi contratado.

Esta é também a nossa visão sobre uma situação exigente e problemática e se não tivermos a coragem de prosseguir com as medidas necessárias aos ajustamentos não estamos a contribuir para uma boa prestação dos serviços que são nossa responsabilidade, nem para uma boa gestão dos dinheiros públicos.

Precisamos continuar a trilhar o caminho da mudança de mentalidades e de exigência.

AMBIENTE

Esta é também uma das áreas que este ano quisemos sublinhar nas GOP.

CA.
M
R
AP
H

Não pretendemos e seria demasiado exaustivo apresentar todos os objetivos e todas as medidas que pretendemos implementar no próximo ano, nesta área ou nas restantes áreas de intervenção municipal, contudo, importa referir algumas delas:

- Sistema de recolha e de tratamento dos bio-resíduos:
 - Neste ano de 2024 ano terá início um novo serviço de recolha com a disponibilização de contentores e por zonas pré-determinadas. Pretende-se, dinamizar um novo sistema de recolha dos bio-resíduos, que será inevitavelmente acompanhado por ações de sensibilização junto da população;
 - Entendemos investir extraordinariamente na substituição e na realocação de alguns dos equipamentos (contentores) de recolha de resíduos indiferenciados e de ecopontos, bem como a implementação de novos molok's procurando melhorar a eficiência do sistema, a higienização e o impacto estético dos equipamentos, continuando a melhorar também as zonas envolventes aos equipamentos.
- Está a ser trabalhado com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente a proposta de Revisão do POASD – Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos. Prevendo a constituição de uma Comissão Municipal para o seu desenvolvimento e o acompanhamento de todo o processo que contará, naturalmente, com a colaboração da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e de outras entidades com interesse na Albufeira;
- Pretendemos também desenvolver o processo de avaliação das inúmeras instalações referenciadas no nosso concelho como pecuárias, os seus licenciamentos, impactos produzidos no território e consequências para as populações;
- A cogestão da Berlenga, o plano proposto, os investimentos que necessariamente têm de ser concretizados pela Administração Central, a

continuação das intervenções de responsabilidade municipal, a definição e decisão da aceitação da zona de campismo, a gestão das receitas provenientes das taxas da capacidade de carga são algumas das problemáticas em aberto que importa conseguir ultrapassar tão rapidamente quanto possível.

No contexto dos serviços de ambiente sob a responsabilidade municipal, alguns provavelmente já terão noção da exigência quanto ao correspondente valor das despesas imputadas com os recursos humanos e com os investimentos constantes, nomeadamente com a renovação da frota de camiões de recolha de resíduos.

Melhorar a gestão e os resultados globais dos serviços de limpeza é um imperativo para garantir melhor qualidade de vida e condições básicas para a sustentabilidade do desenvolvimento do concelho.

Procuramos aferir continuamente a qualidade, os custos do sistema e os resultados dos serviços municipais, assumindo-se que essa avaliação contínua nos possa habilitar a tomar decisões mais acertadas para a gestão deste setor.

Grande parte dos serviços nesta área são assumidos por administração direta, outros são executados através de empreitadas e, pela experiência que vamos tendo, devemos ter sempre presente que estas são opções que em todo o momento devem estar em equação como opções.

A sustentabilidade também se traduz em montantes financeiros. A título de exemplo este orçamento prevê a despesa corrente de cerca de 400 mil euros na continuidade do pagamento do investimento feito na substituição da iluminação pública por led's, e na mesma grandeza de valores, ou seja, 400 mil euros gastos no consumo de energia elétrica por parte do município, onde se inclui a iluminação pública.

SAÚDE

Procurámos sintetizar este documento, mas não podemos deixar de nos referir a um setor tão fundamental para a vida de grande parte da nossa população.

O estado em que se encontram as várias áreas da saúde dependentes das estruturas estatais, principalmente resultante do insuficiente número de médicos, quer sejam os médicos de família ou nos serviços de saúde na generalidade, nomeadamente no nosso SUB – Serviço de Urgência Básica, obrigam-nos a que durante o próximo ano continuemos o trabalho iniciado e possamos estruturar, com a Comissão Municipal de Saúde, o aprofundamento do diagnóstico do concelho e das medidas estratégicas a apresentar aos responsáveis nacionais pela gestão da Saúde.

A insuficiência de profissionais de saúde não se resume, como anteriormente referimos, à falta de médicos, como inclui o reduzido número de enfermeiros para os serviços básicos e acompanhamento dos nossos doentes. Será também analisado e devidamente fundamentado no dito diagnóstico.

A construção do novo Hospital do Oeste terá de começar a ser uma exigência assumida pelo concelho com uma perspetiva de urgência a necessitar de resposta prioritária, principalmente agora devido ao estado que o país enfrenta neste setor essencial.

LOTEAMENTOS

Esta primeira abordagem que podemos entender como extraordinária quanto aos loteamentos a que fizemos referência pretendem alertar para a necessidade de promovermos com urgência a conclusão do que ficou em falta nos loteamentos da “Furninha” entre a Marginal Sul e o Caminho do Farol, com um atraso de mais de 20 anos. Será, também, inevitável avançarmos para a execução das infraestruturas em falta e da normalização do processo de loteamento municipal da “Serrana” na vila de Serra D’el Rei. Pretendemos também iniciar a regularização do processo do loteamento municipal dos “Dominguinhos”, tanto no que diz respeito ao processo de gestão administrativo propriamente dito, mas também da execução das obras de infraestruturização, e ordenamento dos arruamentos da Rua dos Dominginhos, Rua da Fonte dos Dominginhos, Rua da Fonte Boa e Travessa Fernando Pessoa.

Quanto aos custos estimados para as referidas intervenções estão previstos cerca de 400.000EUR (70.000,00EUR + 130.000EUR + 200.000EUR).

Para o conseguirmos, entendemos que a contrapartida financeira para os três investimentos deverá ser realizada através da alienação de algumas propriedades municipais, o que, ao mesmo tempo, permitir-nos-á colmatar algumas zonas urbanas que estão por completar e que, neste momento, constituem zonas por tratar, com lixo e financeiramente improdutivas.

Estes são três processos que não devem e que não podem continuar a ser adiados. Os moradores residentes nestas áreas e alguns dos proprietários de lotes merecem-nos esse respeito.

O bom nome do Município tem estado em causa.

SEGURANÇA

Era fundamental que, mesmo de forma resumida, procurássemos apresentar novas propostas nesta área.

Nos dias que correm reforça-se a convicção que um dos fatores determinantes para a atratividade dos territórios e inclusive para o desenvolvimento de cada concelho são os níveis de segurança das pessoas e bens.

Não ignorando as limitações com que as diversas forças de segurança se debatem há muito tempo quanto ao reduzido número de recursos humanos e dos meios necessários, tendo em conta as características e exigências do nosso território, não devem subsistir muitas dúvidas, nem mesmo hesitações nas decisões e diligências para mais rapidamente conseguirmos constituir um (corpo) de Polícia Municipal que nos proporcione melhores condições de acompanhamento (de fiscalização) nas várias áreas em que detemos responsabilidades, nomeadamente:

- Licenciamentos;

- Taxa turística;
- Trânsito;
- Zonas de praia e correspondentes atividades, nomeadamente das escolas de surf.

A implementação de sistemas de videovigilância em zonas de maior risco ou de localização estratégica para o controle de circulação deverá também constituir uma prioridade a dinamizar.

Aprovar um acordo de Programa de Praias Seguras com a Associação dos Concessionários de Praia para a vigilância e segurança das nossas praias é um objetivo que se pretende ver concretizado no decorrer de 2024.

De entre os propósitos de segurança que pretendemos continuar a aprofundar para melhorarmos a segurança coletiva estão medidas a ser preparadas e que pretendemos apresentar à Comissão Municipal de Trânsito e ao Executivo Municipal, nomeadamente:

- Colocação, ou não, de sistema de avisos de limites de velocidade com semáforos;
- Colocação, ou não, de sistema de radares em vias que possam representar maior risco;
- Propostas de limitação e de reordenamento à circulação de viaturas através de novas rotundas e de outras formas de regularização do trânsito.

MOBILIDADE / PLANEAMENTO

Aguardamos pela conclusão do PMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, para aprofundarmos quais as medidas de circulação pedonal e viária que pretendemos definir e implementar para o nosso concelho.

Alguns dos projetos que estão a ser trabalhados ou que já se encontram concluídos aguardam também a aprovação das opções a assumir.

O planeamento do território é fundamental para o desenvolvimento de um concelho e para a criação de melhores condições de vida. Em 2023 realizou-se a terceira e última conferência procedimental para a revisão do plano diretor municipal, seguem-se as correções necessárias à apresentação da proposta que deverá ser submetida a discussão pública.

Mas o ordenamento do território faz-se também com outros instrumentos, razão pela qual 2024 terá no orçamento as verbas necessárias para a contratação de projetos e programas que consideramos fundamentais, dando assim continuidade ao que se havia dado início ainda em 2023 e de onde destacamos as ARU's – Áreas de Reabilitação Urbana em cada sede de freguesia, o plano de pormenor de reabilitação da Ilha do Baleal, o plano pormenor da zona central da cidade de Peniche, os novos passadiços nas praias do concelho e, ainda, a aprovação final do Plano de Urbanização da Margem Sul.

O estacionamento está na base do plano e da mobilidade urbana sustentável, pelo que há a necessidade de alterar o regulamento de estacionamento.

Ao nível do ordenamento do território, 2024 terá de ser o ano de discussão do regulamento de ocupação de espaço público, que está em fase final de apresentação de proposta.

O planeamento não se restringe ao planeamento do território, mas à sua execução e medidas de governança que são necessárias para tornar a gestão autárquica mais eficiente e transparente.

A redução da despesa deve estar inerente a estas medidas de governança pelo que devemos continuar a trabalhar para obter uma “boa despesa” e aumentar a sua rentabilidade.

Por outro lado, é necessário aumentar a receita, e obter a “boa receita” que se traduz naquela que obtida sem o sacrifício dos mais vulneráveis.

A boa receita é a taxa municipal turística, ou necessidade de rever a tabela de taxas.

COMUNIDADE E TERRITÓRIO

Em 2024 comemora-se a passagem de 50 anos sobre o 25 de abril de 1974.

Esta data assinala a democracia, a igualdade de oportunidades, os direitos dos trabalhadores, o fim da guerra colonial, os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Atualmente, e num contexto internacional de guerras, das atrocidades a que assistimos diariamente, torna-se ainda mais importante assinar abril e o que ele significou para todos nós.

Em 2024 teremos um programa dedicado a assinalar os 50 anos de abril, que se integra nas comemorações nacionais no âmbito da abertura do Museu Nacional de Liberdade e Resistência ao público. Uma obra que todos ansiamos.

Mas a comunidade faz-se com todos e todos devemos contribuir para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, este orçamento continua a apostar no apoio logístico e financeiro às associações do concelho, permitindo o desenvolvimento das suas atividades desportivas, culturais, de recreio, humanitárias e sociais num espírito de proximidade, dentro dos critérios de transparência e boa gestão dos recursos públicos.

Esta proximidade, advém igualmente, da necessidade de articular os procedimentos com as juntas de freguesia enquanto entidades parceiras na gestão do território, quer por via de delegação de competências (se protocolados) em áreas como a gestão e manutenção dos espaços verdes, limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, manutenção e reparação, substituição do mobiliário urbano instalado e

no espaço público, realização de pequenas reparações dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, utilização de ocupação de espaço público, licenciamento e afixação de publicidade de natureza comercial, autorização de colocação de recintos improvisados, entre outros.

Ou, ainda, na gestão do território naquilo que são as competências próprias das freguesias, tais como: colocar e manter as placas toponímicas, conservar e reparar a sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais, proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais entre outras.

O património material natural no concelho de Peniche é único e merece tanto nas GOP como no Orçamento uma especial atenção, nomeadamente naquilo que é a vontade e a aposta no setor das Praias, na Albufeira de São Domingos e Ilha da Berlenga.

Com a transferência de competências em matéria das praias marítimas o Município passou a gerir a concessão dos apoios de praia.

Em 2020 começámos a trabalhar com os concessionários de praia o seu processo de adaptação ao Plano de Orla Costeira, com via à construção de novas estruturas que permitissem criar melhores condições a todos os que usufruem das nossas praias.

Esta competência obriga-nos a criar um regulamento para o licenciamento de diversas atividades no areal e regulamentar a prática desportiva dos desportos de deslize. Esta regulamentação terá, em 2024, de estar publicada.

O sentido de comunidade faz-se pela educação, pela cultura, pelas vivências, pelo aproveitar do saber e das tradições, pelo que Centro Cívico Intergeracional Rogério Cação será um ponto de partida para dinamizar as atividades culturais, sociais, intergeracionais. Este orçamento prevê o investimento nestas áreas, não esquecendo a importância de manter bolsas de estudo ao ensino superior, apoios a atletas

GA.

JB

Car
VZ

AP

JP

federados com participação nas mais diversas provas desportivas internacionais, subsídios ao associativismo, programação municipal na cultura, na juventude, no turismo e no desporto.

O apoio ao associativismo traduz, igualmente, um motor de desenvolvimento da economia local, medidas de integração social e fixação de pessoas.

No domínio da Ação Social, para além das responsabilidades que tínhamos anteriormente de apoiar e acompanhar as famílias mais vulneráveis e as habitações do parque habitacional social, recebeu uma transferência de competências do Estado Central, nomeadamente o Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social - SAAS, instalado no antigo tribunal, onde destacamos a responsabilidade de celebrar e acompanhar os contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção.

Este orçamento reflete também o investimento municipal para a contratação dos serviços para a realização da Carta Social, complementando o trabalho que será realizado por via da candidatura ao programa “Radar Social” que permitirá a elaboração do Diagnóstico Social e do respetivo Plano de Ação.

A par destes instrumentos, em 2024, será executado o Plano de Ação da Garantia para a Infância, sempre em colaboração com as entidades da Rede Social.

CONCLUSÃO

O ano 2024 começa com a vontade de fazer acontecer.

Independentemente das agruras e imprevisibilidades o que se objetiva é efetivamente completar aquilo a que demos início e dar início ao que pretendemos completar.

Melhorar a qualidade de vida e promover um desenvolvimento sustentável do concelho.

Desde logo a preocupação, sempre assumida, em reduzir progressivamente os impostos dependentes de nós.

Estabelecer definitivamente a Zona Industrial de Vale do Grou, há muito esperada pelos investidores.

Candidatarmo-nos a um conjunto de apoios para concretizar projetos fundamentais e estruturantes para o concelho – escolas, Fosso, Muralhas, Marginal Norte, equipamentos municipais, ambiente, novas tecnologias, mobilidade e tantos outros.

Não deixar passar as oportunidades.

Investir e captar investimento. Crescer.

Manter o foco nas pessoas, nas suas necessidades e nos seus sonhos.

Trabalhar muito, ultrapassar as dificuldades, que sempre foram muitas, e tornar Peniche o concelho que visualizamos sempre que abrimos os olhos e olhamos em redor.

Manter o foco e trabalhar.

CA.
AB
LH
VH
AP
JH

MANTER O FOCO E TRABALHAR. QUEM DESENVOLVE PENICHE? SOMOS TODOS NÓS...

EDUCAÇÃO

A transferência de competências no domínio da Educação, para além da responsabilidade dos órgãos municipais em participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, prevê a responsabilidade da Câmara Municipal na elaboração do Plano de Transportes Escolares, na sua organização e controlo. Prevê, também, a ação social escolar (ASE) como forma de atribuir apoio e complementos educativos e, ainda, a construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, aquisição de equipamento básico e mobiliário e, entre outras competências, promover e implementar medidas de apoio à família que garantam uma Escola a Tempo Inteiro, ou seja, Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), destinadas a assegurar o acompanhamento das crianças na Educação Pré-Escolar, antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas. Implementar, também, a Componente de Apoio à Família (CAF), através de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, antes e ou depois das componentes do currículo e das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), bem como durante os períodos de interrupção letiva; Compete também a dinamização das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do ensino básico, de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação.

ORÇAMENTO	33 759 210,00 €	
RECEITA CORRENTE	DESPESA CORRENTE	
26 737 660,00 €	24 596 200,00 €	
Custos com pessoal	12 046 500,00 €	49%
Custos com pessoal Educação	4 057 579,77 €	
Total custos sem Educação	7 988 920,23 €	32%

Q.

AP

AP

A Educação em resumo - Recursos Humanos

Rácio - Transferência de Competências	AEAB	AELA	AEEBP	ESP	Total	Total
AO - Assistentes Operacionais	45	42	34	26	147	178
AT - Assistentes Técnicos	8	7	7	9	31	
Técnico Informática	1	1	1	1	4	

Fora do Rácio	AEAB	AELA	AEEBP	ESP	Total	Total
Transferência de Competências	5	-7			-2	

Pré-Escolar e Apoio à Família	AEAB	AELA	AEEBP	ESP	Total	Total
AEC	25	15	14		54	73
Apoio à Família	9	7	3		19	

Município Inclusivo	AEAB	AELA	AEEBP	ESP	Total	Total
CEI	4	6	2	1	13	23
EAMA	2	3	4	1	10	







Serviços de Educação	AEAB	AELA	AEEBP	ESP	Total	Total
Transversais (inclui transportes)					12	14
Aprovisionamento e Recursos Humanos dedicados					2	

Total dos recursos humanos afetos à divisão - 290 colaboradores.

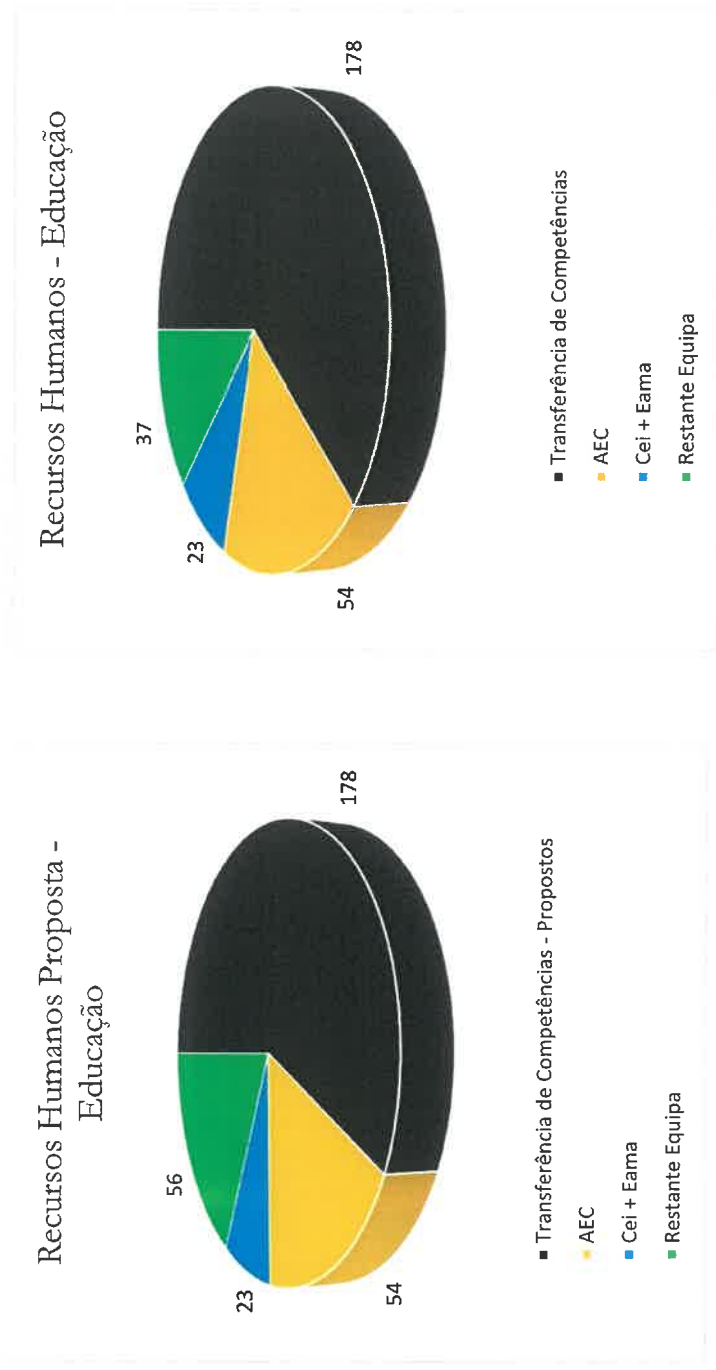
Em falta (AO)	AEAB	AELA	AEEBP	ESP	Total	Total
Transferência de competências	1	5	7	8	21	23
Competência Própria	1	1			2	

Total dos recursos humanos propostos a afetar à divisão – 313 colaboradores.









N.º de colaboradores sem contar com a transferência de competências (a salientar que não se está a contabilizar as AEC e que em 2023 se está a incluir os CEI's e EAMA's):

	2020	2023	Diferencial
Colaboradores	32	79	47

A Educação em resumo – Valores:

Rácio - Transferência de Competências	AEAB	AEIA	AEEBP	ESP	Total	Total
AO - Assistentes Operacionais	708 538,77 €	661 302,85 €	535 340,40 €	409 377,95 €	2 314 559,97 €	2 857 501,88 €
AT - Assistentes Técnicos	140 114,04 €	122 599,79 €	122 599,79 €	157 628,30 €	542 941,91 €	
Técnico Informática	17 514,26 €	17 514,26 €	17 514,26 €	17 514,26 €	70 057,02 €	

Quadro representativo para vencimentos de Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos no início de carreira.

Em suma (com base na representatividade atrás referenciada):

- Total dos recursos humanos afetos à divisão - 290 colaboradores = 3.695.437,74 EUR
- Financiamento salarial através do Fundo de Descentralização de Competências = 2.403.708.00 EUR
- Financiamento do Estado para AEC'S e Apoio à Família = 185.352,00 EUR

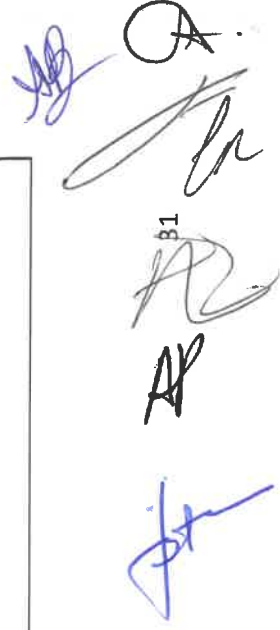
Total dos recursos humanos propostos a afetar à divisão – 313 colaboradores = 4.057.579,77

PROXIMIDADE

Os apoios às freguesias e ao movimento associativo do concelho no Orçamento municipal advém das receitas correntes.

Acresce a este valor a despesa que o Município tem com a quota da Comunidade Intermunicipal, em virtude de esta incluir, entre outros, o valor dos transportes públicos.

Juntas	2024
Freguesia Atouguia da Baleia	34 225,00 €
Freguesia Atouguia da Baleia	374 835,00 €
Freguesia Atouguia da Baleia	4 250,00 €
Freguesia Peniche	9 610,00 €
Freguesia Peniche	213 870,00 €
Freguesia Ferrel	15 185,00 €
Freguesia Ferrel	177 845,00 €
Freguesia Serra D'El Rei	9 410,00 €
Freguesia Serra D'El Rei	101 865,00 €
Total	941 095,00 €
Apoio a investimentos de freguesias	40 000,00 €
Comunidade Intermunicipal do Oeste - OESTECIM	318 855,00 €



Associações/Movimento Associativo, Humanitário e Cívico	1 418 685,00 €
Total	2 718 635,00 €

- No movimento Associativo Humanitário encontra-se referenciado o apoio dado à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche para as Equipas de Intervenção Permanente;
- As medidas de proximidade incluem as verbas de investimento a realizar em obras diversas;

O investimento apresentado no quadro seguinte apresenta, por um lado, os valores já disponíveis para a realização de obras, bem como outros valores que se apresentaram de maior investimento, mas cuja receita para fazer face à sua despesa é trabalhada pelo Executivo Municipal na gestão financeira, tal como acontece com o Skateparque;

Há ainda outros equipamentos/obras/projetos que não estão plasmados no quadro seguinte, tais como, a instalação do Parque Infantojuvenil no Jardim Principal.

Projeto	2024
Aquisição Terrenos /casas	100 000,00 €

32

Intervenção em outras habitações sociais	50 000,00 €
Reabilitação do edifício "Loja dos Valla"	20 000,00 €
Intervenção na antiga Cooperativa dos Pescadores	40 000,00 €
Piscina Municipal	150 000,00 €
Requalificação Antiga Biblioteca	12 000,00 €
Reabilitação do Mercado Municipal	50 000,00 €
WC/ Balneários Públicos	10 000,00 €
Requalificação da EB e JI Ferrel	7 000,00 €
Reabilitação da Escola Secundária de Peniche	50 000,00 €
Requalificação e ampliação da EB e JI da Pragueira	15 000,00 €
Requalificação da Escola EB 23 de Atouguia da Baleia (inclui pavilhão)	190 000,00 €
Escola D. Luís de Ataíde	10 000,00 €
Beneficiação do JI da Colónia Balnear	10 000,00 €
Beneficiação da EB Filtro	5 000,00 €
Pintura exterior da EB do Alemão	5 000,00 €
Intervenções diversas em Estabelecimentos de Ensino	50 000,00 €
Centro Coordenador de Transportes	20 000,00 €
Posto de Turismo e Escola de Rendas	20 000,00 €

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large blue signature, a black signature, and several smaller initials.

Centro de Logística Municipal	40 000,00 €
Edifício sito na Nau dos Corvos	50 000,00 €
Reabilitação do Edifício da antiga cadeia e antiga carpintaria - Rua 13 de Infantaria	120 000,00 €
Melhoramentos em instalações desportivas e recreativas - Polidesportivos e outros	15 000,00 €
ETRS	30 000,00 €
Sistema de otimização de circuitos de recolha de resíduos urbanos	79 950,00 €
Piscina Municipal	25 000,00 €
Construção Skate Parque	20 000,00 €
Aquisição de Mobiliário Escolar	20 000,00 €
Aquisição de Material Didático	20 000,00 €
Beneficiação da Estrada Béltico	406 345,00 €
Requalificação da Rua de São Pedro e Largo do Carreiro de São Marcos	20 000,00 €
Campo da República	20 000,00 €
Marginal Norte	40 000,00 €
Largo de Santo António	21 000,00 €
Beneficiação da Rua da Praia do Molhe Leste em Peniche	30 000,00 €
Requalificação da Rua 13 de Infantaria	40 000,00 €
Beneficiação dos arruamentos e estacionamento Praia dos Supertubos e Molhe Leste	10 000,00 €










Requalificação do Jardim Principal	160 000,00 €
Requalificação do Jardim do Parque do Baluarte	54 270,00 €
Melhoramentos na Ilha da Berlenga	50 000,00 €
Requalificação e beneficiação de obras de arte	150 000,00 €
Reparação e beneficiação de arruamentos (pavimentação)	458 325,00 €
Reparação e beneficiação de arruamentos (outros materiais)	167 690,00 €
Total	2 863 604,00 €

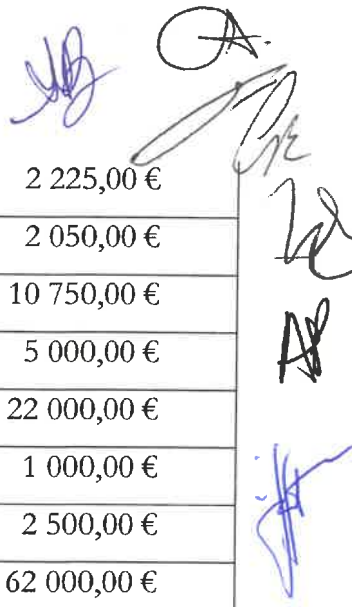
Os quadros apresentados não representam a totalidade dos investimentos e apoios a atribuir.

A título de exemplo, o apoio financeiro ao Espaço Sénior para a construção da Unidade Residencial de São Leonardo, a operação financeira para a continuidade da frota automóvel elétrica ou outra em sua alternativa, ou ainda a reabilitação da envolvente ao Mercado Municipal e as obras no seu interior permitindo a passagem das peixarias para o piso térreo, permitindo criar dinâmicas novas no primeiro andar. Havendo também obras como a requalificação da Rua Principal da Bufarda e a Rua N^a Senhora da Guia, em Ferrel, que estão previstas em orçamento com possibilidade de recurso a financiamento comunitário.

COMUNIDADE E TERRITÓRIO

O património material e imaterial do concelho de Peniche é um marco importante para o seu desenvolvimento. Este orçamento reforça a aposta no investimento em eventos que atraem milhares de pessoas ao concelho levando o nome deste aos quatro cantos do mundo. No quadro seguinte estão plasmados apenas os principais eventos/atividades a desenvolver pelo Município por si ou em coorganização, não estando contemplado a totalidade das atividades:

Eventos	Valores
Central - CCI - Programação Cultural	59 200,00 €
Programação Cultural	52 800,00 €
Rede Museológica	3 500,00 €
Mostra Internacional de Renda de Bilros de Peniche	68 850,00 €
50 anos do 25 de Abril de 1974	112 300,00 €
Concerto de Reis	2 800,00 €
Etapas do <i>World Surf League</i> 2024	3 600,00 €
III Encontro de Poesia Peninsular	1 230,00 €
II Festival das Reservas da Biosfera	8 900,00 €
Dia Nacional do Pescador	11 950,00 €
Estúdio Municipal de Dança	8 300,00 €
Concerto <i>Lisbon Music Fest</i> 2024	1 970,00 €
Festival Música de Cá - 8ª edição	10 065,00 €
"Novembro, Mês do Mar"	2 400,00 €
Mar de Natal / Passagem de Ano	90 100,00 €
Triatlo	20 960,00 €
Corrida das Fogueiras	133 275,00 €
Manhãs Ativas	1 410,00 €
Corrida da Praia Norte	8 140,00 €
Provas de Bodyboard /Surf	51 150,00 €
Eventos piscina	2 095,00 €
Campeonato Nacional trampolim	1 150,00 €



Envelhecimento Ativo "Viver +"	2 225,00 €
Dia Internacional da Juventude	2 050,00 €
Gala da Juventude	10 750,00 €
Semana Tanto Mar	5 000,00 €
Festival surf Meo Rip Curl	22 000,00 €
Bolsa de Turismo de Lisboa	1 000,00 €
Carnaval Escolar	2 500,00 €
Carnaval de Inverno	62 000,00 €
Carnaval de verão	26 400,00 €
Total	790 070,00 €